

A PLAUSIBILIDADE DA AÇÃO DO CAPELÃO NO MILITARISMO HISTÓRICO BRASILEIRO

Brayan de Souza Lages¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a plausibilidade da prática do capelão no militarismo histórico brasileiro. A partir do questionamento da ressignificação do mito de São Martinho de Tours. No qual é o estado primordial do mito, em que deixa a sua vida militar para se dedicar a vida monástica e a prática de boas obras, porém o militarismo histórico brasileiro segue o processo inverso, não relendo o mito, mas sim o praticando de forma contrária. É possível fazer uma crítica a partir das obras de Eliade, onde contribui a respeito do mito e o diálogo do sagrado com o profano, em que se torna no mínimo questionável utilizar o fenômeno religioso no espaço onde o pensamento expresso no mito primordial não reflete a prática militar, é possível observar também como o militarismo apropriado do fenômeno religioso sacralizou conflitos armados e chega até a conceber a ideia de intervenções divinas nesses mesmos conflitos.

Palavras-chave: Capelão, Estado, Militarismo, Religião.

ABSTRACT

This article aims to discuss the plausibility of the chaplain practice in Brazilian history militarism. From the questioning of the reinterpretation of the myth of St. Martin of Tours. In what is the primordial state of the myth, it leaves his military life to devote

¹ Brayan de Souza Lages. Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Graduado em Teologia pela Faculdade Evangélica de Tecnologia Ciências e Biotecnologia das Assembleias de Deus (FAECAD). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). E-mail: brayanlages@gmail.com.

himself to monastic life and the practice of good works, but the Brazilian historical militarism follows the reverse process, not rereading the myth, but the practicing unlike. You can make a criticism from the works of Eliade, which contributes about myth and the sacred dialogue with the profane, where it is at least questionable use the religious phenomenon in the space where the thought expressed in the primordial myth does not reflect the military practice, it is also possible to observe how the appropriate militarism of the religious phenomenon sacralized armed conflicts and gets to conceive the idea of divine intervention in such conflicts.

Keywords: Chaplain. State. Military. Religion.

INTRODUÇÃO

Para Eliade o “mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (ELIADE, 2016, p. 11). É interessante poder observar como o mito é elemento constituinte da identidade de uma nação, “fundamentando e justificando todo o comportamento e toda atividade do homem” (ELIADE, 2016, p. 10). O mito estudado nesse artigo é o do capelão, o militar que deixa de ser um soldado para se tornar religioso, que afastado do conflito passa a ter uma vida monástica. Trabalha-se o mito fundante de toda essa realidade religiosa que apresenta-se no ambiente militar, tendo a pretensão de identificar se em tal prática é possível observar a alusão ao seu mito primordial.

Compreendendo a concepção de mito abordado por Eliade é que o presente artigo pôde ser escrito. Justamente com o propósito de fazer uma crítica ao modelo interpretativo que o militarismo histórico brasileiro trouxe a uma realidade constituidora de autoridade, ou seja, a transformação do sacerdote no oficial combatente, em que torna-se difícil distinguir o sacerdote religioso do soldado militar. Na história brasileira desde seus primeiros relatos é possível afirmar a presença da religião cristã, evidenciada até no relato do seu descobrimento, em que é realizado pelos sacerdotes uma missa campal dedicando a nova terra ao Deus cristão.

Tornou-se cada vez mais latente o relacionamento do Estado e religião, até porque Portugal tinha por religião predominante a cristã católica. O militarismo, até de maneira previsível acabava por receber influências religiosas, pois como veremos a maior figura militar brasileira teve papel fundamental para militarização dos sacerdotes cristãos. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono no Exército Brasileiro possuía uma grande religiosidade no Deus cristão. Essas influências ainda são de fácil observação no militarismo brasileiro, seja ela em suas orações, padroeiros e objetos religiosos presentes nos quartéis.

As ações de Duque de Caxias nos conflitos militares brasileiros em certos momentos eram confundidas com a sua religião, pois através de suas declarações é possível entender que o seu Deus era quem ganhava os conflitos, chegando até a exigir materiais próprios para realização de missas nos campos de batalha, que para Eliade é a atitude de sacralização do espaço profano, “consequentemente, o homem religioso reatualiza a cosmogonia não apenas quando “cria” qualquer coisa, mas também quando quer assegurar um reinado feliz, uma cidade ou uma guerra” (ELIADE, 2013, p. 73). A fé de Caxias instiga uma prática religiosa que se mistura nas suas campanhas militares, a imagem do homem religioso não desassocia-se do homem militar, implicando assim na crença que através de sua fé tornaria possível uma intervenção divina em suas ações militares.

Essas atitudes são passíveis de questionamentos, se realmente existiu uma plausibilidade para o fenômeno religioso no militarismo histórico brasileiro. Pois a religião estava sendo utilizada para outros fins, não esboçando as características do mito primitivo de São Martinho de Tours. Outra questão é identificar em que medida o fenômeno religioso pode ser ressignificado não perdendo a essência cosmogônica proposta por Eliade. O fenômeno religioso se não desassociado do militarismo pode vir a se tornar um legitimador da violência.

A CONSTRUÇÃO DO MITO

Quando se fala em capelania, vulgarmente pensa-se na figura do religioso, visitando periodicamente as pessoas que se encontram debilitas por doenças ou moléstias diversas, também visualiza-se esta pessoa em hospitais e santas casas de misericórdia trazendo alento, dignidade e uma esperança ao moribundo por intermédio da religião. “Aparentemente o termo capelão foi utilizado pela primeira vez, ao padre que tomava conta da capa de São Martinho de Tours” D O termo capela vem do local onde era guardada a capa do santo, originando assim o termo que é utilizado até hoje. Simbolicamente o capelão é então o curador do amor ao próximo, uma referência direta ao mito.

A construção do mito do capelão se dá a partir de um ato de solidariedade de Martinho, que nesta ocasião era militar do exército romano. Segundo a tradição católica Martinho no ano de 337 na cidade de Ambiano, atualmente Amiens na França, encontra-se com um mendigo que sofre com o forte frio, observando a necessidade do mendigo “Martinho saca sua espada e corta o seu manto militar ao meio e doa metade para que o mendigo se aqueça” (DCPG, 2016). De noite enquanto dormia Jesus aparece com o manto dado ao mendigo agradecendo-o por tamanha piedade, após este ocorrido Martinho decide abandonar a carreira militar e se entregar a vida monástica, primeiramente sob os cuidados de bispo Hilário e posteriormente tornando-se por aclamação popular bispo de Tours.

Porém o serviço de capelania é algo bem mais complexo e abrangente, de maneira tal que é possível experimentar essa assistência em diversos seguimentos de nossa sociedade, como por exemplo em hospitais, em escolas, universidades, presídios, quartéis militares e qualquer outra organização ou instituição formada por indivíduos que necessitem de assistência religiosa.

Na sociedade moderna, encontramos o aparecimento dos capelães industriais. Os sacerdotes operários da França servem de exemplo desse conceito. Esses ministravam enquanto trabalhavam, mantendo alguma posição de respeito na indústria onde servem (CHAMPLIN, 1999, p. 625).

Nessa pesquisa o alvo encontra-se exatamente no militarismo brasileiro histórico, esta é uma questão intrigante, como conciliar um serviço de assistência religiosa tão particular no ambiente do militarismo, pois quando pensa-se em quartéis militares inevitavelmente remete-se a conflitos e situações complicadas que exigem a utilização dessa força. O capelão militar pode ser compreendido como aquele que presta o serviço de assistência religiosa aos militares e aos civis que trabalham na guarnição de sua responsabilidade. Além de cultos religiosos prestados dentro das unidades militares os capelães podem ser solicitados para áreas externas, bem como para realização de casamentos, funerais e batismos.

Em Lei mais específica, como a 6.923, de 29/6/1981, alterada pela lei 7.672, de 23/9/1988, pode-se observar que no art. 2º O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência Religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas (Diário Oficial do Brasil, 1981).

A MILITARIZAÇÃO BRASILEIRA DO RELIGIOSO

Mesmo após pesquisa histórico-documental realizada, não foi possível estabelecer de maneira precisa qual o momento em que iniciou-se a ação da assistência religiosa nas fileiras militares brasileiras, em 26 de abril de 1500 podemos dizer que foi um ato iniciador dos desdobramentos religiosos futuros, pois foi nesta data que realizou-se uma missa campal “entregando a Deus a posse da terra descoberta pelos portugueses, sendo realizada por Frei Henrique de Soares, de Coimbra” (CAIRNS, 1988, p. 170). Observa-se que juntamente com as caravelas de Pedro Álvares Cabral vieram Sacerdotes Católicos que tiveram como missão primordial prestar assistência religiosa e moral aos militares portugueses que aqui aportaram.

O primeiro momento em que é possível observar de maneira organizada esses padres combatentes, encontra-se no “Aviso Régio de 24 de maio de 1741, no qual prescreveu-se a função do Capelão Militar como pároco dos soldados e como tal, sujeito à inspeção dos bispos, cujo ministério se dedicava precipuamente aos militares” (LIMA, 2005, p.18). É possível pensar que esses religiosos possuíssem organização própria, pois

pode ser visto no período de 1824 e 1831, que existia o cargo de Capelão-Mor, que tinha como distinção administrativa “o seu uniforme, bem como o uniforme dos demais capelães, pelo Decreto de sete de julho de 1825.

Por isso, o Serviço de Assistência Religiosa do Exército já existia desde o século XVIII” (LIMA, 2005, p. 18). Em decreto do Estado n. ° 747, de 24 de dezembro de 1850, aprovando o Regulamento da Repartição Eclesiástica do Exército, dividindo o efetivo da seguinte maneira: quatro classes de capelães (ativa, agregados, avulsos e reformados), num total de vinte e quatro sacerdotes, dos quais poderiam ser quatro capitães, seis 1º tenentes, catorze 2º tenentes (PALHARES, 1989, p. 193). Vale apenas ressaltar que dentre todas as patentes descritas, nenhuma é de praça, sendo todas de oficiais, torna-se importante explicitar esse fato pois a atribuição principal do oficial subalterno, ou seja, o tenente é de comandar um pelotão de combatentes e a do capitão comandar uma companhia, que é formada por três a quatro pelotões de combatentes, isso significa que em nenhum momento esses sacerdotes religiosos deixaram de ter a função primordial de militar.

No ano de 1874, no decreto Imperial foi estabelecida nova instrução, os capelães eram considerados párocos oficiais das organizações militares em que serviram. Como militar deveriam cumprir seus afazeres normalmente, além de catequisar, quando empregados nas colônias, presídios e fortalezas das fronteiras, os indígenas das tribos vizinhas, parágrafo 6º do Art. 13, do Regulamento para o Corpo Eclesiástico do Exército (PALHARES, 1989, p. 104).

O Duque de Ferro, foi como ficou conhecido o militar Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que atuou em diversas campanhas militares estimulando a importância de resguardar a soberania brasileira e a manutenção da ordem interna. Onde foi até comparado ao Centurião romano do Evangelho de Lucas no capítulo sete, que dizia: "Eu, que sou um oficial subalterno, comando os meus soldados, e digo a este e ele vai e aquele vem e ele vem, e ao meu servo faze isto e ele faz" (Bíblia de Jerusalém, 2011), revelando, assim, a noção exata da disciplina militar compreendida pela época. “Quem a teve entre nós mais perfeita, mais nítida, e de modo mais escrupuloso a pôs em prática do que o Duque de Caxias?” (MOARES, 2003, p. 141).

Militar que se destacou pela sua fé e também por possibilitar o exercício da religião em suas tropas, foi Caxias, contudo a única religião aceita era a cristã.

Sobretudo Caxias era um homem que possuía grande aproximação com o fenômeno religioso, foi considerado pelos militares um pacificador na Província do Maranhão. No entendimento do militar aquela “região se encontrava em dificuldade conflitiva pois havia a ausência de moral, onde a religião difundida pelos sacerdotes poderia resolver os problemas locais” (NADAI, 1991, p. 146). Esse fato é sensível, pois a moral que Caxias se refere é baseada no pensamento cristão ocidental, no seu pensamento esse conjunto de valores e comportamentos é o modo correto de se viver, o problema aqui é a necessidade imperativa de fazer com que o outro pense e aja de acordo com sua visão de mundo.

Pois não há como afirmar categoricamente que determinada posição social ou visão de mundo seria resolvida simplesmente com a adesão de uma religião. Se assim o fosse seria difícil determinar então quem é o formador da cosmogonia, se a sociedade que cria um signo ideal atribuindo assim transcendência, ou se existe uma ação primeira do transcendente para que então o homem possa repeti-la, a partir daí formando a realidade do *modus operandi* da sociedade.

Entre outros acontecimentos envolvendo a sua religiosidade cristã em campanha, Caxias decide necessário enviar ao Ministro de Guerra uma carta pedindo por exemplo, púlpitos móveis e materiais necessários ao culto cristão para poder celebrar missas campais no acampamento *Tuiuti*. Duque de Caxias fazia tanta questão da assistência religiosa à sua tropa, que chegou a dizer: "Tirai-me meus generais, mas não me tireis meus capelães" (A SENTINELA DA PAZ, 1995).

Nesta frase de Caxias fica explícito o que a religião pode estimular no homem que se encontra em momentos sensíveis, como o da guerra. Obviamente que qualquer comandante laico nortearia-se em estratégias pertinentes as contingências do conflito, porém o que pode ser observado é praticamente uma afirmação desesperada imbuída de fé no transcendente, pois tira sua responsabilidade frente ao conflito e transfere para a ação divina, o que ocasiona outro problema, pois se ocorre a vitória no conflito pensa-se então que o divino está se compadecendo as necessidades desse homem. Essa situação é inevitavelmente legitimada pela religião.

Caxias ficou conhecido por ter um sacerdote religioso em sua própria tenda de comando, um púlpito móvel e todos os utensílios necessários para realizar as missas. O

grande apreço que Caxias tinha pelo trabalho realizado pelos seus capelães durante a Campanha do Paraguai é notada em sua “Ordem do Dia n.º 272, lavrada no Posto de Comando na cidade de Assunção em 14 de janeiro de 1869” (MELLO, 2011, p. 127), ressaltando a importância dos capelães capuchinhos Frei Fidélis D'Avola, Frei Salvador de Nápoles, o Cônego Serafim Gonçalves Silva Passos de Miranda e o Padre Fortunato José de Souza.

É relevante o que foi apresentado sobre Caxias, pois ele é um dos destaques no flerte entre religião, Estado e militarismo brasileiro, mesmo que no ano de 1741 em aviso régio, fosse possível ver a presença de párocos desempenhando o papel de capelão somente em 1850, período que Caxias era senador no extinto partido regressista onde também era presidente do conselho de ministros, fez-se a criação da Repartição Eclesiástica do Exército, oficializando e regulamentando o papel da religião nas fileiras militares, é a partir deste ato que posteriores desdobramentos legais militares vão recebendo influências religiosas, sendo soberanamente do cristianismo, pois Caxias era um religioso que fazia questão de propagar a sua fé.

Através da história militar é possível conhecer outros momentos, como o de Visconde de Taunay, e o seu entendimento sobre a inestimável participação dos capelães que atuaram no conflito da tríplice Aliança "Outro batalhador feroz, contra a índole da sua classe, foi um sacerdote o Padre Carmo. Era dos que mais opinavam avançarmos sempre, furando, se para tanto era preciso, o Paraguai todo até Assunção” (TAUNAY, 1975, p. 170 *apud* MELLO, 2011, p. 77). Terminada a Guerra do Paraguai, como aconteceu com outras armas e serviços, o Serviço de Assistência Religiosa também foi reformulado. O Serviço Religioso do Exército, até então denominado Repartição Eclesiástica do Exército, passou a denominar-se Corpo Eclesiástico do Exército, pelo decreto n.º 5.679, de 27 de junho de 1874.

Nesses oito lustros de dedicados labores que, sem esmorecimentos, diuturnamente, quer na placidez das épocas pacíficas, quer nas tormentosas da guerra cruenta, souberam prestar aos que careciam de sossego de espírito, destacam-se os capelães militares Frei Salvador de Nápoles, Cônego Serafim Francisco Gonçalves Miranda, os Padres Antônio Eustáquio Alves da Silva e Fortunato José de Souza, pelos encômios que mereceram de seus ilustres chefes (PILAR, 1981, p. 251).

O FENÔMENO RELIGIOSO MILITARIZADO EM ELIADE

O cristianismo relatado nos evangelhos não era uma religião conhecida por se valer da força ou que praticava a violência, mas sim conhecida por sua esperança mais intensa, ou seja, a “sobrevivência depois da morte e na recompensa celeste pelos méritos acumulados durante a vida. Simetricamente o demérito levava ao inferno” (ELIADE, 2009, p. 127). Pensamento esse que ainda pode ser observado de maneira geral na contemporaneidade.

Compreende-se então que o cristão tinha o desejo de acumular méritos, boas obras para poder ingressar na vida após a morte. Retornando ao mito de São Martinho nota-se que justamente essa é sua escolha, o abandono da prática militar, que em essência é inevitavelmente conflitiva, seja para proteger ou atacar, não perde sua função, sendo em alguns momentos justificada dependendo da perspectiva, do que ataca ou do que se defende.

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças as façanhas do Entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o cosmo, ou apenas um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”; ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELIADE, 2016, p. 10).

Na perspectiva de Eliade o mito não se limita apenas nas cosmogonias, ou seja, ele se remete a criação de um determinado costume humano, um construto social alicerçado em valores transcendentais. No caso aqui a religião cristã tem como o mito primordial a figura de Jesus, que nos textos dos evangelhos convida as pessoas a dedicarem-se a uma vida de retidão pautada numa boa prática com o próximo. Comportamento social que sem dúvida é louvável, porém é necessário salientar que esse comportamento ou desejo da prática de boas obras não é exclusivo do cristianismo.

Portanto o que começou a existir dentro da religiosidade cristã na figura de Jesus é justamente a feitura das boas obras o ato de servir ao outro, amá-lo e não esperar nada

em troca. Constituindo assim o mito, São Martinho revive essa experiência mística deflagrando a irrupção do sagrado. “Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas atuações do sagrado no mundo” (ELIADE, 2016, p. 11). Jesus é o mito primitivo e São Martinho o ressignifica deixando sua vida para dedicar-se a vida parecida com o a do mito primitivo. O capelão apresenta-se como um arquétipo de Jesus, caracterizando sempre a ação benevolente para com o outro, seu símbolo é justamente a capa de Martinho, pois nela está o elemento referente ao mito primordial.

O mito tem uma função bem específica nas atividades humanas, desde as mais básicas até atividades complexas como o militarismo em si. “A principal função do mito consiste em revelar modelos exemplares de todos os ritos e atividades significativas: alimentação, casamento, trabalho, educação, arte e sabedoria” (ELIADE, 2016, p. 13). Para com a boa compreensão do fenômeno religioso faz-se necessária aprender a ideia do mito pois para o participante ou ressignificante do mito é um ato de rememoração ou reatualização da vivência com o sagrado. Sendo assim o mito seja ele fazendo referência a criação ou a um construto social, torna-se determinante para compreensão das atitudes de determinado grupo social, deste modo, é possível compreender que o mito cria e ao mesmo tempo legitima a realidade social.

Conhecendo o mito, conhece-se a “origem” das coisas, chegando-se, conseqüentemente, a dominá-las e manipulá-las à vontade; não se trata de um conhecimento que “exterior”, “abstrato, mas de um conhecimento que é “vivido” ritualmente, seja narrado cerimonialmente o mito, seja efetuando o ritual ao qual ele serve de justificação; que ele de uma maneira ou de outra, “vive-se” o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados (ELIADE, 2016, p. 22).

Sobre a sacralização do mundo observada na ação dos capelães, principalmente em conjunto com Duque de Caxias pode-se observar que, o religioso tem uma determinada visão de mundo, obviamente influenciado pela visão de mundo pertinente de sua religião, que por sua vez reatualiza o mito. Sendo assim qualquer pessoa ou instituição que deseja fazer algo diferente daquilo que aceita-se religiosamente como certo é considerado como um ataque ao seu mundo (ELIADE, 2013, p. 46). Para o religioso seu mundo está em harmonia e quem traz a mudança quer o caos, o impelindo

a lutar contra. Fato observado em Caxias, quando ele atribui os conflitos no norte do Brasil à ausência de uma moral religiosa, orientando o envio de padres e não de militares.

Esse pensamento pode se tornar insolúvel frente a uma sociedade multicultural como a que vivemos. Se esse modelo fosse aderido em qualquer realidade onde excluísse a individualidade e a cultura humana talvez poderia dar certo e não gerar outros conflitos. Porém a ação humana em conflitos militares norteada em preceitos religiosos parece estar fadada a alienação, simplesmente pelo fato que qualquer um dos lados do conflito parte de uma *imago mundi* própria, que também pode estar sendo ressignificada de outro mito primordial. Não há como determinar qual mito está correto, essa é uma questão de fé.

Seja qual for a estrutura de uma sociedade tradicional, seja sociedade de caçadores, pastores, agricultores, ou uma sociedade que já se encontre no estágio da civilização urbana, a habitação é sempre santificada, pois constitui uma *imago mundi*, e o mundo é uma criação divina (ELIADE, 2013, p. 50).

Todos os espaços ou objetos, até mesmo pessoas na realidade podem ser consideradas profanas, eles tornam-se sagrados a partir do momento que fazem referência ou de alguma forma se relacionam com o transcendente. Compreendido esse fato, “para o homem religioso, ao contrário, a duração temporal profana pode ser parada periodicamente pela inserção, por meio dos ritos, de um tempo sagrado, não histórico” (ELIADE, 2013, p. 66). Tal como as estruturas eclesásticas solicitadas por Caxias para poder executar as missas campais, esse ato faz uma ruptura no espaço profano do conflito. A guerra torna-se profana em relação aqueles que se defendiam, porém para os que estavam sob a perspectiva de empoderamento do sagrado ela se tornava justa e necessária, para não alterar o espaço sagrado, ou seja, sua *imago mundi*.

Portanto tudo o que os mitos contam a respeito de sua atividade criadora pertence à esfera do sagrado e, por consequência, participa do Ser. Em contrapartida, o que os homens fazem por própria iniciativa, o que fazem sem modelo mítico, pertence à esfera do profano (ELIADE, 2013, p. 65).

Fica clara a posição de Eliade frente a ação humana, seja ela em qualquer instância social, que o elemento fundante e aglutinador dos construtos no meio de convívio são gerados a partir do mito primordial, que rompe com o espaço e tempo profano, é importante explicar que não há relação de ambivalência entre sagrado e profano, qualquer coisa pode se sacralizar, desde que esteja participando do rito sacro. Porém quando sacraliza-se, também empodera-se, sendo pessoa ou objeto, e suas ações então passam a ser legitimadas pelo mito primordial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível notar que para os militares de maneira geral a função da capelania foi de indubitável importância. Pois para eles elevava o moral da tropa e através dos sacramentos eles sentiam-se mais próximos do transcendente. Nota-se também claramente a importância de Duque de Caxias para a inserção do cristianismo nas fileiras militares, apesar desse artigo se debruçar sobre o aspecto histórico parece que o militarismo brasileiro parou no tempo, pois o mesmo pensamento que norteou Caxias para formar um militarismo praticamente cristão existe ainda hoje.

Por incrível que possa parecer, o Serviço de Assistência Religiosa militar ainda não possui vagas para oficiais capelães de outras religiões. Tendo vagas somente para oficiais cristãos, sendo pastores ou padres, porém dentro das unidades militares é possível observar que existem fraternidades espíritas (Exército Brasileiro, 2016), é um passo, mas insuficiente para assistência religiosa dos milhares de maneira geral, até porque não existe somente cristãos nos quartéis.

Outra questão que chama muita atenção e de maneira alarmante é a inexistência de vagas para mulheres capelãs nas fileiras militares. Já que dentre as organizações de capelães é comum ver mulheres associadas e exercendo as mesmas funções dos homens, sem a menos distinção de gênero. Mesmo sendo possível observar nas forças armadas a inserção das mulheres como oficiais combatentes ainda é uma realidade que não é vista nas três forças de maneira igualitária. A discussão torna-se aberta também para a introdução do gênero no fenômeno religioso militar.

A partir do horizonte teórico de Eliade é possível sim compreender a inserção do fenômeno religioso no militarismo histórico brasileiro. Pois a religiosidade é um

fenômeno presente na realidade humana. É compreendido que a predominância de cristãos no Brasil acabou por influenciar diversas instituições, dentre elas, os militares. Porém, a maneira como foi feita sua ressignificação do mito torna a questão bem mais complexa do que possa parecer.

A religiosidade humana não é retirada ou manipulada pelo próprio indivíduo independente do ambiente social onde ele está inserido. Há sim, ou pelo menos deveria haver um respeito pela identidade religiosa no ambiente coletivo. O militar que possui determinada fé quando está em uma situação de dúvida, medo, angústia ou qualquer outro sentimento recorrente em situações de alto estresse como o conflito armado não deixa sua fé de lado. Sendo assim o mínimo esperado do homem religioso é que ele busque auxílio divino para seus anseios.

Pensar sobre esse aspecto mostra a indivisibilidade do homem religioso que se une cosmogonicamente ao espaço, antes profano e agora religioso após a atitude sacra, como foi observado em Caxias. Torna-se um imbróglio pois levanta a questão quem seria o responsável por atitudes de homens religiosos em combate? Seria a religião? Ou o homem que pratica a religião? Pois em Eliade o homem não é desassociado da sua religiosidade. Nesse difícil impasse que só foi possível perceber após extensa reflexão sobre o assunto que é compreensível a total delicadeza e responsabilidade de como deve-se discutir a religião.

Nesse contexto não há plausibilidade da atividade dos capelães no corte histórico aqui apresentado, pois de maneira nenhuma a *imago mundi* dos sacerdotes religiosos nem de seus comandantes refletia o mito primitivo, parecendo mais uma forma de legitimar a guerra contra o diferente do que sendo pacificador e praticantes de boas obras como espera-se do sacerdote cristão, obviamente refletindo sobre o mito primitivo. Faz-se necessário ainda mais reflexões para compreender melhor esse fenômeno na contemporaneidade, pois como foi possível analisar, o militarismo brasileiro ainda possui resquícios muito fortes desse período.

REFERÊNCIAS

A SENTINELA DA PAZ. Revista da Arquidiocese Militar do Brasil: *Ser Capelão Militar*. Brasília – Jun/Jul/Ago – 1995 – N.º 2.

BRASIL. *Lei* nº 6.923, de 29 de junho de 1981. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1981. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6923compilado.htm>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

CAIRNS, E. E. *O Cristianismo Através dos Séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988.

CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de bíblia teologia e filosofia*. São Paulo: Candeia, 1999.

DCPG, Departamento de Bens Culturais da Igreja. *Vida de São Martinho de Tours*. Porto: DCPG. Disponível em: <<http://www.bcdp.org/v2/images/documentos/s.%20martinho.pdf>>. Acesso em 09 jun de 2016.

ELIADE, Mircea; COULIANO, P. Ioan. *Dicionário das Religiões*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____, Mircea. *Mito e Realidade*. 6º ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. 3º ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Legislação Religiosa*. Brasília: SAREx. Disponível em: <<http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/legislacao/legislacao-religiosa>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

LIMA, Rogério de Carvalho. *Apostolado heroico: a atuação do serviço de assistência religiosa do exército brasileiro, no teatro de operações da Itália no período de 1944 a 1945*. 2005. 99 f. Monografia – Trabalho de conclusão de curso de graduação em história, Instituto de filosofia e ciências sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, Walter Pereira. *O capelão: Interlocutor entre a religião e a guerra*. 2011. 127 f. dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2011.

MOARES, Eugênio Vilhena. *O Duque de Ferro*. In Guilherme de Andrea Frota e Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: BIBLEx, 2003.

NADAI, E.; NEVES, J. *História do Brasil: da colônia a república*. São Paulo: Saraiva, 1991.

PALHARES, Tenente Gentil. *Frei Orlando: O capelão que não voltou*. Rio de Janeiro: BIBLEx, 1989.

PILAR, O. Gen. *Os Patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: BIBLEx, 1981.